



CORPOS À DERIVA OU O NAUFRÁGIO DA ALTERIDADE EM *ILHADO*, DE RINALDO DE FERNANDES

Frederico de Lima Silva¹

RESUMO – O presente artigo tem por objetivo analisar as configurações da violência contemporânea presentes na segunda parte do conto *Ilhado*, do escritor Rinaldo de Fernandes, com a finalidade de demonstrar como a referida passagem apresenta códigos que metaforizam claramente a condição atual do processo civilizatório, marcado pela falência dos princípios instituidores da sociedade e, por sua vez, tendo o desrespeito à alteridade alheia como um de seus principais sintomas. Para tanto, utilizaremos os postulados psicanalíticos freudianos acerca do conflito pulsional inerente ao ser humano social e que compõe, segundo sua teoria, as bases do mal-estar na cultura, assim como os pressupostos teóricos da liquidez da vida e das relações que alicerçam, segundo os estudos baumanianos, o mal-estar da pós-modernidade.

PALAVRAS-CHAVE – Literatura. Violência. Psicanálise. Sociologia. Rinaldo de Fernandes.

ABSTRACT – The present article has as its main objective analyze the contemporary violence's configurations presents on the second part of the tale *Ilhado*, from the writer Rinaldo de Fernandes, with the purpose of demonstrating how the referred passage presents codes that clearly metaphorize the civilizing process's current condition, evidenced by insolvency of the society founder's principles and, in turn, having the disrespect for the other's alterity as one of its main symptoms. For this purpose, were used Freud's psychoanalytical postulate about the pulse's conflict inherent to the social human being and composes, according to his theory, the culture's malaises fundamentals, as well as the life liquidity's theoretical assumption and the relations that support, according to Bauman's studies, the post-modernity malaises.

KEYWORDS – Literature. Violence. Psychoanalysis. Sociology. Rinaldo de Fernandes.



Introdução

A contística brasileira contemporânea vem se configurando, desde as últimas décadas do século XX até a atualidade, como um gênero que procura cada vez mais utilizar refletir os conflitos da subjetividade humana como matéria nuclear do gênero. Nesse contexto, a violência é, sem dúvida, uma das temáticas de maior predileção por parte dos contistas, que veem a intensidade e a pluralidade com que essa matéria se manifesta em nossa sociedade e fazem dela um mote, um vetor para os seus escritos.

Partindo dessa premissa, este trabalho pretende abordar a questão da violência psicológica e física presentes na segunda parte do conto **Ilhado**, de Fernandes (2005), no intuito de demonstrar como esse trecho comporta o gatilho para as ações brutais que demarcam, sobremaneira, a narrativa, deste que consegue metaforizar fielmente o cenário caótico e violento da sociedade contemporânea, resultado da crescente incapacidade de nós, seres humanos, do Estado e dos seus órgãos reguladores e repressivos de lidar com as diferenças naturais que nos marcam, com as desigualdades oriundas da entrada do ser humano em sociedade e da fragilidade na manutenção dos laços que alicerçam as bases da civilização.

À vista disso, para que consigamos alcançar nosso objetivo analítico, far-se-ão necessárias múltiplas leituras em relação ao fenômeno da violência, a fim de que possamos entendê-la enquanto sintoma e/ou resposta aos impasses que cerniam o mal-estar social contemporâneo. Contudo, haja vista a necessidade de delimitação teórica e estrutural da pesquisa, utilizaremos os postulados apresentados por duas importantes teorias que propõem um entendimento das relações humanas. Uma delas é a teoria psicanalítica, fundada pelo neurologista austríaco Sigmund Freud. Nossa atenção se voltará, em especial, à obra **Mal-estar na Civilização**, de 1930, na qual o pai da teoria psicanalista expõe, em um dos momentos mais sombrios de sua escrita científica, suas considerações acerca da crescente insuficiência da cultura em promover o bem-estar social, tendo em vista aspectos como a natureza agressiva que compõe todo sujeito e que foi parcialmente abdicada com a sua entrada em sociedade, a insuficiência do Estado e dos dispositivos na garantia da segurança e na disponibilização de seus sublimatórios às pulsões,



bem como a influência do modelo econômico vigente na maioria das sociedades modernas, o capitalismo.

A outra teoria que alicerçará nosso estudo é a metáfora da **modernidade líquida**, proposta pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1998, 2003 e 2009), com o propósito de que possamos entender como ocorre o processo de “dissolução dos sólidos” e afrouxamento dos laços que regulam o bem-estar social, características que, segundo o autor, demarcam a ordem social vigente nas civilizações modernas e potencializam manifestações como o medo, a insegurança, a criminalização e diminuem a ocorrência de fenômenos como a solidariedade e o respeito à alteridade alheia.

Violência como resultado negativo do encontro com o outro

Em nível de representação, a violência é um tema que não pode ser trabalhado sem que esteja associado à questão da alteridade, tendo em vista que, não importando a teoria que se aplique, a violência só se manifesta através da dificuldade ou da impossibilidade que se revela no encontro com a alteridade alheia, ou seja, com o outro¹.

É por meio do encontro com o seu semelhante que o indivíduo se depara com uma das características mais marcantes da humanidade, a diferença – elemento de grande importância na determinação do comportamento humano em sociedade. Ao passo em que um indivíduo só se constitui na presença do outro, na necessária constatação da diferença, esse processo resulta na descontinuidade da representação absoluta que um indivíduo, ingenuamente, em algum momento de sua vida, acreditava possuir em relação aos demais, podendo despertar, como resultado de sua subjetivação, uma inclinação ao ódio e à violência.

¹ Dado o uso da teoria psicanalítica na escritura deste artigo, faz-se necessária uma pequena colocação acerca do termo **outro** que, diferente daquele cunhado por Jacques Lacan, não se refere ao discurso do inconsciente, mas o outro enquanto representação do nosso semelhante, nosso parceiro de cotidiano, numa dimensão primeira da alteridade social. Convencionalmente, em psicanálise, os termos se distinguem por meio da sua escritura, em que a expressão lacaniana é redigida com inicial maiúscula: **Outro**.



REVISTA *LUMEN ET VIRTUS*

VOL. IX N° 22

AGOSTO / 2018

ISSN 2177-2789

Nas décadas iniciais do século XX, Sigmund Freud já tecia várias considerações acerca do caráter agressivo e, portanto, violento da natureza humana. Em seu trabalho **Mal-estar na civilização**, o pai da teoria psicanalítica, talvez tenha escrito um dos seus artigos mais obscuros, considerado por muitos até como pessimista, no qual observou que o processo civilizatório — regulado e assegurado pelo Estado, e por suas instituições por intermédio das leis e dos demais dispositivos estatais — e a própria cultura, enquanto resultado desse processo, apenas mascaram a violência originária da constituição humana, tendo em vista que ela é “a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais” (FREUD, 1930/1969, p. 96).

Freud (1930/1969), ao postular que a violência é um elemento congênito da constituição humana, assinala que as ocorrências de caráter violento, além de exporem a condição natural de nossa constituição, desvelam as falhas presentes na escolha civilizatória, bem como na crença de que a violência é uma manifestação exterior ao homem, como observa o célebre psicanalista, ao afirmar que:

[...] a civilização é construída sobre a renúncia ao instinto, o quanto ela pressupõe exatamente a não-satisfação (pela opressão, repressão, ou algum outro meio?) de instintos poderosos. Essa “frustração cultural” domina o grande campo dos relacionamentos sociais entre os seres humanos. (FREUD, 1930/1969, p. 118)

Nessa perspectiva, somos apresentados à conclusão freudiana de que o processo civilizatório se fundamentou na negação dos instintos humanos — dentre eles a agressividade — em nome do bem-estar entre os sujeitos e no intuito de evitar que o próprio homem viesse a causar a sua própria extinção. Isso porque a cultura opera no sentido de reprimir as forças primitivas e intrínsecas à constituição humana; o que vai implicar na substituição do poder do indivíduo pelo poder do grupo, numa renúncia em favor da lei do grupo” (PAIVA, 2004, p. 23).

Outro notável estudioso, responsável por importantes contribuições para o entendimento das relações sociais na sociedade contemporânea, é Zygmunt Bauman. O sociólogo polonês, em seu livro **Mal-estar da pós-modernidade**, pontua que a segurança é uma das premissas do



advento da civilização e um dos pontos de exaltação da modernidade, que sonha(va) com uma sociedade segura, ordeira, estável e limpa. Todavia, para o autor, é justamente no quesito segurança que reside uma das mais evidentes falhas no arranjo social. No lugar da promessa de segurança, convivemos com uma ansiedade cada vez mais intensa no processo de apreensão do real, característica comum do paradoxo da segurança social inerente ao processo de civilização do ser humano.

O paradoxo da segurança social estrutura-se na contradição própria da escolha humana de estar em comunidade, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que elege esse modelo, acreditando que ele garantirá mais liberdade e segurança, acaba sendo alvo de mais ansiedade e insegurança. Tal fato se dá porque a segurança, em vez de promover a interação e construção de laços, acaba criando cercas sociais, ou seja, no lugar de diminuir o grande espaço entre as individualidades, a escolha civilizatória acaba por aumentar e/ou impossibilitar a plena relação dos sujeitos, porque “a segurança é a inimiga da comunidade cercada de muros e protegida por cercas” (BAUMAN, 2003, p. 127).

Nas primeiras linhas de **A Não-Violência do Brasileiro – Um Mito Interessantíssimo**, Chauí (1980) aponta para um fato muito curioso e perturbador acerca do comportamento do povo brasileiro em relação à violência. Para a pesquisadora, o brasileiro está “acostumado” a presenciar atos de violência, mas que não os encara como algo próximo a ele.

Nas palavras da pesquisadora, que conceitua a violência como sendo “um processo pelo qual um indivíduo (humano ou não) é transformado de sujeito em coisa” (CHAUÍ, 1980, p.1), o brasileiro, mesmo presenciando constantemente várias manifestações de caráter violento, tanto na mídia, como na vida real, revela uma estranha tendência de distanciar-se da violência, num movimento que demonstra que, apesar da familiaridade com o tema, o ser humano rechaça a possibilidade da agressividade — instinto² que tenciona a violência — constituir um elemento

² “Classicamente, esquema de comportamento herdado, próprio de uma espécie animal, que pouco varia de um indivíduo para outro, que se desenrola segundo uma sequência temporal pouco suscetível de alterações e que parece corresponder a uma finalidade” (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001, p. 241). Segundo esse ponto de vista, a agressividade constitui um elemento instintivo da espécie humana, variando unicamente no seu grau de manifesta em cada indivíduo, tendo em vista a particularidade com que é exposto aos traumas e aos cerceamentos impostos pela entrada e permanência no corpo social.



comum à sua natureza, tendo em vista que ela é uma manifestação resultante da violação das regras basilares impostas pelo processo civilizatório, das quais o ser humano depende para permanecer em sociedade. Chauí aponta para o fato de que a violência, nessa perspectiva, seja vista como um ato isolado, incomum e distante da natureza humana, atribuída, quase sempre, aos sujeitos que estão à margem da sociedade ou, como diz o autor, na parte inferior da estrutura social:

[...] a violência se encontra originalmente do lado do sujeito da sujeição da dominação, da obediência e da sua interiorização, e não do lado da violação dos costumes e das leis. Em suma, estamos habituados a encarar a violência como um ato enlouquecido que vem de baixo para cima da sociedade (é assim, aliás, que está sendo apresentada pelos jornais e pelas comissões estatais), quando na verdade seria mais pertinente encará-la de modo oposto, isto é, como um conjunto de mecanismos visíveis e invisíveis que vem do alto para baixo da sociedade, unificando-a verticalmente e espalhando-se pelo interior das relações sociais, numa existência horizontal que vai da família à escola, dos locais de trabalho às instituições públicas, retornando ao aparelho do Estado. (CHAUÍ, 1980, p.1)

Por intermédio da citação acima, podemos atentar para a conjuntura de que um possível mito da não violência humana funda-se a partir da aceitação violência, contudo, negando-a enquanto elemento passível de manifestação em todos os indivíduos, numa tentativa de isolar sua ocorrência, limitando-a a eventos esporádicos e/ou acidentais, bem como atribuindo sua manifestação apenas àqueles sujeitos marginalizados, delinquentes que insurgem contra as normas estabelecidas com o propósito de manter o bem-estar social.

O naufrágio

O conto **Ilhado** narra algumas horas da vida de um homem³, narrador-protagonista, que vai até a orla da cidade, tarde da noite, no intuito de beber um pouco. Ao encontrar um restaurante ainda aberto, para e começa a beber ao som das ondas que batem nos arrecifes. Ali perto,

³ Tendo em vista o fato de que os personagens não são nominados durante o conto, optamos por apresentá-los, em nossa análise, por meio de termos que os situem, individualmente, na narrativa.



REVISTA *LUMEN ET VIRTUS*

VOL. IX N° 22

AGOSTO / 2018

ISSN 2177-2789

um casal namorava junto a um barco. A namorada vivia na cidade; o namorado numa ilha que ficava a poucos quilômetros da praia. A calma presente nas cenas iniciais da narrativa, no entanto, começa a ganhar contornos violentos no momento em que um quarto personagem é apresentado, o mendigo, fundamental no desenrolar da trama. Observemos o excerto que se segue:

O mendigo atravessa a avenida, passa pela Kombi estacionada do restaurante, vem vindo na minha direção. Chega até a minha mesa, pede-me um trocado, a barba, com os golpes do vento, tremendo. Puxo a carteira, passo-lhe uma moeda. Os cabelos empoeirados, a bermuda em farrapos, ele segue, contornando as plantas, para a mesa do casal [...]. O mendigo vê os tênis amarelos perto da planta, apanha-os, enfia nos pés, arroteia pelo outro lado [...]. Atravessa novamente a avenida, segue na direção de um prédio inacabado de alguns andares, as paredes pretas, deterioradas. (FERNANDES, 2005, p. 17)

Atentemo-nos para o fato de que o mendigo representa aquele indivíduo cuja condição social o coloca à margem da sociedade, vedando-lhe, na condição de vulnerabilidade social, a possibilidade de usufruir dos mesmos bens e serviços a que os demais personagens têm acesso. Violentado pela condição em que se encontra, a prática do ato inflacionário passa a ser uma via possível à obtenção do **ter** (objeto) e, de forma inconsciente, para a gozar da possibilidade de **ser** (alguém), mesmo que, para isso, violente o direito de propriedade do outro, ou seja, ao furtar o par de tênis, o mendigo garante um “[...] meio de acesso àquilo que lhe fora/ou é negado pelas possibilidades familiares, pelo Estado e/ou pela sociedade e, com isso, garantindo a sustentação, mesmo que de forma perversa, de suas necessidades, tanto as de caráter material, como as simbólicas”.

Se, por um lado, a ação do mendigo, mesmo não representando um atenuante ao seu delito, ocorre mediante o estado de desamparo social e de desigualdade em relação aos demais personagens, por outro, sua ação também resulta numa resposta que revela perfeitamente um fenômeno que Bauman (2009) denominou de *mixofobia*. Para o sociólogo, a sociedade surgiu com o intuito de garantir meios de proteção do homem ante os perigos daqueles que viviam/permaneciam fora dos seus muros, à sua margem, “os outros”, “os estrangeiros”, mas que



REVISTA *LUMEN ET VIRTUS*

VOL. IX N° 22

AGOSTO / 2018

ISSN 2177-2789

essa promessa, até hoje, ainda não foi cumprida, acarretando, entre outros sintomas, a violência e a constante súplica por segurança. Nas palavras do autor:

O estrangeiro é, por definição, alguém cuja ação é guiada por intenções que, no máximo, se pode tentar adivinhar, mas que ninguém jamais conhecerá com certeza. O estrangeiro é a variável desconhecida no cálculo das equações quando chega a hora de tomar decisões sobre o que fazer. Assim, mesmo quando os estrangeiros não são abertamente agredidos e ofendidos, sua presença em nosso campo de ação sempre causa desconforto e transforma em árdua empresa a previsão dos feitos de uma ação, suas probabilidades de sucesso ou insucesso. (BAUMAN, 2009, p. 38)

Em outras palavras, o perigo existe pela própria natureza desigual social contemporânea, que torna estrangeiros muitos de seus próprios membros.

A sociedade de consumo contemporânea, cujo baldrame é o desejo insaciável do modelo de mercado capitalista, tornou a propriedade privada um objeto que faz do homem quem ele é, fusionando ainda mais o ser humano ao que ele tem. Nesse sentido, o furto do par de tênis não significou para o seu proprietário apenas a perda do objeto em si, mas aquilo que simboliza seu trabalho, seu dinheiro, quem ele é. Freud (1930/1969), apesar de não concordar totalmente com o pressuposto defendido por Marx (1984), de que a propriedade privada faz do homem um ser violento, ponderou que ela representa um fator perigoso ao pleno convívio dos indivíduos em sociedade, tendo em vista que “confere poder ao indivíduo e, com ele, a tentação de maltratar o próximo, ao passo que o homem excluído da posse está fadado a se rebelar hostilmente com seu opressor (p.134)”.

Ante a incapacidade da sociedade e do Estado de garantirem a segurança daquilo que lhe pertence, o namorado se vê diante do dilema comum à maioria dos sujeitos, ao ser alvo da violência: acionar a polícia, que é o dispositivo legalmente constituído pelo Estado para exercer a força, ou fazer uso de sua própria força, algo que perverte as leis e acarreta, não raro, na incidência de atos ainda mais temerários em relação aos laços que regulam as relações na cultura. Observemos como o ato de violência contra a propriedade do namorado, ocasionada pelo mendigo, tencionou um ato de violência ainda mais desproporcional por parte do namorado, num



REVISTA *LUMEN ET VIRTUS*

VOL. IX N° 22

AGOSTO / 2018

ISSN 2177-2789

exemplo claro da, cada vez mais clara, incapacidade humana de atender aos preceitos sociais na eminência do desrespeito e do risco de desintegração da sua alteridade, o que gera uma tendência revanchista de desintegração da alteridade alheia. Nas palavras do narrador:

Vejo quando o homem, no alto, arrasta o mendigo pelos cabelos, bate-lhe com a cabeça no cimento aos berros. — Filho da Puta! — Segura mais firme e volta a bater com o outro no cimento. Algo agora brilha (sangue, suor?) ao luar. O mendigo, tonto, tenta se defender dos golpes. O homem arranca-lhe os tênis e puxa-o perigosamente pela perna até a beira do terraço [...]. Sinto que a vontade do homem é mesmo jogar o mendigo lá de cima, do quarto andar, de atirá-lo em cima do resto de tábuas. Mas no momento em que ele faz força para empurrar o outro, o mendigo bate as pernas, ganha fôlego, se ergue e consegue fugir, afundando num corredor escuro. O homem o persegue: — Ladrão! Filho da Puta! — Mas o mendigo some dentro do prédio. (FERNANDES, 2005, p. 19)

O trecho acima, que narra o momento em que o namorado vai até o prédio inacabado onde o mendigo habita e, na ânsia de recuperar o que lhe pertence, quase o mata, ilustra bem um pensamento comum às perspectivas de Freud (1930/1969) e Bauman (1998) no diz respeito ao mal-estar inerente ao viver em sociedade, o de que, enquanto ato que abala os baldrames que sustentam a sociedade, enquanto ato de cunho perverso, a violência expõe a condição humana de estar encarcerado na redoma que ele mesmo criou para se proteger das ações dos outros, dos “estrangeiros”, como de si mesmo, já que o ser humano é agressivo por natureza e a sociedade constitui apenas uma forma de impedir a autoextinção da sua espécie, mas cuja premissa, na atualidade, encontra-se constantemente ameaçada de não suportar essa tarefa.

O furto do par de tênis e o revide desmedido daquele que o tem como propriedade metáforizam a dificuldade do ser humano contemporâneo em lidar com o desamparo, com a falta, alimentada pela certeza da ineficácia dos dispositivos sociais de garantirem segurança e meios de sublimação capazes de tornar desnecessárias manifestações de ordem perversa.

Freud (1930/1969) assevera que, com o advento da civilização, o ser humano renunciou à satisfação pulsional, à realização plena de todos os seus desejos, em nome da segurança a ele



REVISTA *LUMEN ET VIRTUS*

VOL. IX N° 22

AGOSTO / 2018

ISSN 2177-2789

prometida, firmada pelos membros da sociedade, retificada através das leis e garantida pelo Estado. Sendo assim, a principal reivindicação da civilização é a justiça: o Estado deve efetivar a lei e nenhum sujeito, inclusive o próprio estado, deve violá-la, sob pena de ser ainda mais cercado no gozo dos seus direitos, assim como sofrer a ação do sentimento de culpa. Todavia, quando o Estado não consegue fazer jus ao poder a ele impetrado, os sujeitos sociais se veem desprotegidos e, se por um lado, estão à mercê da atuação daqueles que, por sua vez, veem-se desamparados em relação às leis e às promissões do processo civilizatório — que pôde ter condicionado a ação do mendigo —; por outro, passam a fomentar o discurso perverso de que é necessário agir com as próprias mãos para garantir a justiça — sentimento que talvez tenha movido o namorado agir por conta própria, de forma ilegal e desproporcional. Dessa forma, fazendo com que a resposta ao crime contra sua alteridade pervertesse o princípio ilusório de reparação e, como consequência, acabasse por constituir um crime contra a alteridade do outro.

A narrativa de Fernandes (2005), nesse aspecto, nos auxilia a compreender melhor, dentre os muitos aspectos presentes nas manifestações da agressividade humana e, por conseguinte, da violência, como a cultura tem na própria constituição psíquica de seus membros (instintos e pulsões) um dos seus maiores desafios na empreitada de garantir a manutenção do estado civilizatório.

Um exemplo dessa conjuntura, na atualidade, é a decadência do sentimento de culpa, decorrente do desenvolvimento de um superego fragilizado, indefeso diante da exigência de reparação que não é atendida pelos dispositivos apropriados. À parte, o modelo de mercado capitalista, cujo um dos principais lastros é a ideologia do **ter para ser**, pode ser apontado como um dos responsáveis pela ausência da culpa no itinerário do ser humano na atualidade, haja vista que, na medida em que institui o discurso que Marx (1984) denominou de *mais-valia* e, posteriormente, Lacan (1968-1969/2006) denominou de *mais-de-gozar*, incita no indivíduo o menoscabo pela ética social e, como resultado, o não questionamento das implicações inerentes aos seus atos.



REVISTA *LUMEN ET VIRTUS*

VOL. IX N° 22

AGOSTO / 2018

ISSN 2177-2789

O crime praticado pelo mendigo, a ação desproporcional do namorado ao tentar reaver sua propriedade e o gesto indiferente do narrador em relação aos riscos de sua atitude, sobretudo, na cena posterior ao delito também atestam como a subjetividade contemporânea, assolada pelos medos, pelo desejo de ter e, conseqüentemente, marcada por um individualismo narcisista, constituem simulacros da alarmante ausência de culpa no processo de subjetivação hodierno, da mesma maneira em que robustece o discurso perverso de que o outro nada mais é do que um objeto para a obtenção de prazer. Acerca desses sintomas, Aulagnier-Spaurani (2003) pontua que:

O que o perverso coloca em ação faz agir sobre a cena do mundo, um cenário no qual o desejante se apresenta [...] como não sujeito à realidade do outro, em que ele parece não ter de se dar conta dela ou parece ter sucesso em remodelar essa realidade ao jeito de seu desejo apenas. (AULAGNIER-SPAIRANI, 2003, p.62)

Se o propósito básico da civilização é, *a priori*, assegurar a proteção do homem contra forças que possam ameaçar sua existência, inclusive a “mútua hostilidade primária dos seres humanos (FREUD, 1930/1969, p.68)”, a contemporaneidade vem intensificando a constatação de que a sociedade caminha em ritmo acelerado para conflitos cada vez mais difíceis de arbitrar mediante a utilização dos seus dispositivos reguladores, ou seja, o lastro fundador dos laços humanos desintegra-se, na atualidade, em uma velocidade alarmante e a inclinação humana para a agressividade representa, nesse cenário, um dos elementos de maior perigo para a relação entre os homens, como postulava, no limiar do século passado, o pai da teoria psicanalítica:

A existência da inclinação para a agressão, que podemos detectar em nós mesmos e supor com justiça que ela está presente nos outros, constitui o fator que perturba nossos relacionamentos com o nosso próximo e força a civilização a um tão elevado dispêndio [de energia]. Em consequência dessa mútua hostilidade dos seres humanos, a sociedade civilizada se vê permanentemente ameaçada de desintegração. (FREUD, 1930/1969, p.133)



Esse perigo constante de aniquilação faz do homem contemporâneo um indivíduo pronto à hostilidade como uma resposta à angústia e ao desamparo social, tanto em relação ao medo de perder o que se tem e, conseqüentemente, o que se é (caso do namorado), como o temor de não ter, portanto, de não ser (situação do mendigo); elementos visceralmente apresentados nos códigos que **Ilhado** oferece não apenas na segunda parte da obra — trecho fundador desta análise —, mas em toda a sua narrativa de violência, constituindo uma metáfora da segurança e das certezas prometidas pela modernidade e que, agora, na pós-modernidade, revelam-se frágeis, incoerentes, quiçá, inatingíveis. E toda essa perda de referências simbólicas acaba por promover, paulatinamente, um aumento nas dúvidas quanto ao futuro da sociedade, assim como na ansiedade e na insegurança. E tudo isso assusta os membros do corpo social, e assusta, sobretudo, pela “falta de coerência e direção e também pela vastidão das possibilidades que presagia” (BAUMAN, 1998, p. 33).

Os atos de violência representados na obra de Fernandes (2005) não se encerraram no momento em que o namorado, atentado contra a vida do mendigo, recupera o par de tênis. A cena que analisamos estabelece apenas um gatilho para as ações ainda mais violentas que compõem a sequência da narrativa, ilustrando, com isso, o panorama da violência mútua entre os indivíduos, que vem ganhando, na contemporânea, tons de carnificina.

Todavia, é importante destacar que, embora saibamos que os atos violentos manifestados não apenas no trecho em análise, mas, na totalidade da narrativa de Fernandes (2005), evidenciem como a sociedade contemporânea vem fomentando paulatinamente o avanço dos comportamentos violentos e criminosos. A civilização, apesar das inúmeras falhas constitutivas, ainda traduz uma ou, quiçá, a única alternativa impeditiva ao aniquilamento do homem pelo próprio homem. Em outras palavras, se as falhas que integram o processo civilizatório demonstram, por uma lado, a inclinação natural do ser humano à agressividade e à sua plena incapacidade de lidar com a alteridade alheia, por outro, expõem a sua luta no sentido de resistir às forças destrutivas que o constituem, pois se a violência em nível de aniquilamento físico ainda não foi capaz de se tornar o *modus operandi* na cultura, isso se dá pelo fato de que ainda vale a pena acreditar na sociedade como forma de se estar no mundo.



Considerações Finais

A violência é um fenômeno extremamente complexo, transistórico e multifacetado em suas manifestações, sendo impossível sua adequada compreensão sem que, para isso, haja uma convergência de múltiplos entendimentos acerca das forças internas e externas que agem na dinâmica da vida, bem como das muitas teorias que buscam lançar uma luz sobre o tema, tendo em vista que a subjetividade humana é fruto de elementos como a família, as leis, a cultura, os laços sociais, a política, a economia, e tantos outros elementos que significam e ressignificam o viver.

Levando-se em conta tal premissa, a literatura ocupa lugar privilegiado no entendimento de como ser humano lida com o fenômeno da violência, já que, sendo linguagem, constitui-nos enquanto sujeitos, tanto pelo fato de conseguir materializar substâncias do nosso inconsciente, da parcela mais íntima da nossa história e do nosso comportamento, ou seja, uma modalidade de inscrição e apreensão do conhecimento mais profundo que nos integra; como, e consequentemente, pelo poder de fazer com que nos questionemos sobre nossa verdade, quem somos, nossa história, nossas certezas e nossas dúvidas, nossa condição enquanto ser particular e social; em sùmula, sobre o que nos é dito e, sobretudo, o não dito.

Levando-se em conta tais premissas, este artigo propôs evidenciar o fenômeno da violência a partir da análise do trecho que principiou os eventos de extrema fereza e desrespeito à alteridade alheia presentes no conto **Ilhado**, do escritor Rinaldo de Fernandes. Com base na leitura do trecho em questão, salientamos o registro de dois aspectos fundamentais para o entendimento da violência no cenário hodierno em que vivemos e que foram tão bem metafóricos na narrativa: o primeiro elemento é o caráter agressivo que, segundo teorias como a psicanálise freudiana, é um item inato à constituição humana, mas que, por colocar em risco a existência do próprio ser humano, é sublimada, cerceada e regulada pelo processo civilizatório; o segundo aspecto é o modelo econômico vigente na maioria das sociedades, responsável por influenciar cada vez mais o individualismo narcísico dos sujeitos, configurando uma distorção



nos laços sociais, pois faz do sujeito um objeto que ou consome ou é consumido pelo outro, o que põe em risco a possibilidade de cultura, isto é, a existência humana em sociedade.

Em suma, este estudo aponta, por meio da análise da narrativa em questão, a evidente certeza de que o processo civilizatório nunca foi capaz de lidar plenamente com as tensões resultantes da submissão humana à cultura; algo que, na atualidade, vem tomando proporções cada vez mais alarmantes, haja vista a dinâmica perversa dos modelos econômicos vigentes e do visível fracasso no cumprimento de promessas como a igualdade e a segurança; elementos que alicerçam a sociedade desde tempos imemoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULAGNIER-SPAIRANI, Piera. A perversão como estrutura. In: **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, ano VI, n. 3, 2003, p. 43-69.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo**. Almanaque: Cadernos de literatura e ensaios. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FERNANDES, Rinaldo de. “Ilhado”, in **O perfume de Roberta**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 15-26.

FREUD, Sigmund (1930). “O mal-estar na civilização”, in: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol. XXI. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1969, pp. 81-171.

LACAN, JACQUES. **Le séminaire**, livre 16: D’un Autre à l’autre. Paris: Seuil, 2006.



REVISTA *LUMEN ET VIRTUS*

VOL. IX N° 22

AGOSTO / 2018

ISSN 2177-2789

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise** (P. Tamen, trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl. “Mais-valia Absoluta e Relativa”, in **O capital**: crítica da economia política; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultura, 1984, p.105-112.

PAIVA, Inete Porpino de. “Um diálogo sobre a cultura e a construção do homem”, in **Holos**, ano 20, v. 3, n. 2, 2014, p. 18-24.



ⁱ Frederico de Lima Silva é mestre em Letras (Literatura e Psicanálise) e graduado em Letras (Licenciatura Plena em Língua Portuguesa) pela Universidade Federal da Paraíba. Membro do LIGEPSI - Grupo de Pesquisa Literatura, Gênero e Psicanálise (UFPB/CNPq), onde desenvolve estudos sobre Literatura e Psicanálise, com ênfase na investigação dos processos mentais refletidos na escrita literária contemporânea.